

## ANAIS DA 66ª REUNIÃO ANUAL DA SBPC - RIO BRANCO, AC - JULHO/2014

A Cartografia Social como objeto de Pesquisa: Conhecimentos Científicos nas Fronteiras Sociais

Reginaldo Conceição da Silva

Universidade do Estado do Amazonas/PNCSA /UEMA/ PPGCSPA

A Cartografia Social, como objeto de Pesquisa, produz conhecimento científico, por ser constituída de uma prática cartográfica, que, aliada à formação do pesquisador, bem como da relação com o grupo social em que desenvolve uma relação de estudo se faz nas “Fronteiras Sociais”, seja no campo das ciências humanas das ciências sociais, ou ainda dentro da abordagem das ciências exatas, tendo como cerne da pesquisa, Povos e Comunidades Tradicionais e sua relação com o lugar em que vive e manifesta suas relações laborais, étnicas, identitária etc.

Os mapas produzidos pelos agentes tradicionais, como atestam Almeida e Farias Junior, (2013), rompem o “monopólio da arte de mapear”, e é utilizado como instrumento de mobilização ao mesmo tempo em que são “fontes de produção de informação” situacionais, com amplo poder decisório das informações a ser posta nos mapas, pelos próprios agentes. Isto os habilita a utilizar o mapa como instrumento de reivindicações e fortalecimento das identidades coletivas e formas associativas de uso e gestão dos recursos naturais.

Na condição de pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia - PNCSA temos refletido as relações de pesquisa com agentes sociais e em realidades locais diferenciadas. Aqui abordo uma primeira que envolveu os povos indígenas da etnia Tikuna e os Kokama, na mesorregião do Alto Solimões, no Amazonas. O que estava em processo de discussão era um pedido de remarcação das terras indígenas, localizada na cidade de Benjamim Constant, porção oeste do Estado do Amazonas, na fronteira entre o Brasil e o Perú, entre os rios Javari e Solimões. Outra situação estudada, agora na cidade de Amaturá, ainda no Alto Solimões, é a dos agroextrativistas da Castanha do Brasil, inclusive de Comunidades Indígenas, buscava um meio de mapear os castanhais que estavam em vias de devastação para o empreendimento de obras públicas. A mais recente, incorpora o trabalho de cartografia social em contexto urbano, no bairro da Rosinha, Rio de Janeiro.

Em ambos os casos, a Cartografia Social, de um lado técnica de pesquisa, do outro instrumento de mobilização, permitiu-se um olhar sobre realidades distintas das populações da Amazônia ao possibilitar uma troca de experiências situacionais acadêmicas e do senso comum, num esforço de auxiliar no registro etnográfico e cartográfico realidades cuja visão dos indígenas e dos agroextrativistas em seus espaços de relação identitária e de existência material e cultural labora estão associados aos rios, à floresta, aos castanhais, às roças e aos animais que circulam livremente nestes ambientes.

Na experiência da Comunidade Indígena Bom Jardim, os Tikuna e Kokama preteiam um território, sob o qual alegam já fazer uso tradicional de roça e caça, descrevem com propriedade árvores, plantas, animais e seus lugares de “banho” e desova, além dos igarapés presentes. Em uma área localizada entre a terra Indígena Kokama e Terra Indígena Lauro Sodré, além de uma área, de menos extensão entre a Terra Indígena Kokama e a Terra Indígena Santo Antônio, onde segundo o grupo composto por sete indígenas, que fizeram um treinamento em uso de GPS, com os acadêmicos do Mini Laboratório de Cartografia Social da Amazônia e passaram cerca de quinze dias nos igarapés e matas tomando ponto para a produção do mapa, observaram áreas desmatadas, supostamente por ação de madeireiros que atuam na clandestinidade naquelas matas e relataram durante a Oficina de mapa a situação em que se encontravam as terras mais distantes que pleiteavam a remarcação.

A produção do croqui, que envolveu indígenas jovens e anciãos de ambos os sexos, possibilitou um momento de troca de saberes, onde a memória acionada dos mais velhos permitiu aos mais novos uma reflexão das práticas tradicionais de uso de territórios, as lutas empreendidas para a formação da Comunidade em que hoje vivem e assim empenhar esforços para a ampliação das áreas de roças, assegurando princípios constitucionais de soberania territorial e alimentar.

Em Amaturá, lideranças de nove comunidades estiveram presentes na sede da Cooperativa de Beneficiamento de Castanha. Tendo como foco a preservação dos castanhais, denunciaram pesca, ilegal invasão de lagos, invasão de terras por caçadores e derrubada de madeira nobre, e principalmente de castanhais, (neste caso para a implantação de “linhão de eletricidade” das obras do Governo Federal) derrubada de madeiras e castanhais para a criação de gado bovino, mesmo tendo o Castanhal como fonte de renda para a população agroextrativista.

A possibilidade de uma Cartografia Social em contexto urbano me permitiu ir à favela, hoje, vista como bairro da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, onde, em parceria com agentes social local (agentes da saúde, estudantes e moradores) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, juntamente com o Museu SANKOFA, fez deslocar os espaços e agentes da prática de pesquisa, tendo a Cartografia Social como instrumento de análise situacional.

Novas fronteiras de pesquisa estavam sendo expostas, diante das experiências anteriores em realizar a pesquisa. Novas questões impunha, naquele instante, o pensar além da cartografia e mobilizador de ações que permitem articulação de povos e comunidades tradicionais em uma localidade densamente ocupada e que não se tem grandes estudos de povos tradicionais e uso dos recursos naturais naquela situação social e geográfica.

O primeiro eixo de pesquisa levantado pelos participantes estava à situação dos córregos e sua articulação com a saúde. O outro, a mobilização para a efetiva consolidação do Museu da Rocinha. No decorrer da Oficina de apresentação do Projeto Cartografia Social, que entre visitas a uma nascente na porção alta do morro, acompanhamento de um dos cursos do córrego, visita à unidade de saúde, curso de noção de uso de GPS e noções de Cartografia aliados ao fazer laboral dos agentes de saúde, encontramos, durante as apresentações destes, espaço para pontuar povo de comunidade tradicional no fazer cartográfico empreendido pelo Projeto Nova Cartografia Social.

Os mapas situacionais produzidos com base nessa relação de pesquisa possibilitam a análise de situação que se desenvolve na relação e contato imediato de quem vive no lugar onde as situações são geradas. Dessa forma, e neste caso em especial, o Movimento Museu da Rocinha, o trabalho dos Agentes de Saúde membros da sociedade civil local, ao se debruçarem sobre a questão da saúde, vira nos terreiros de candomblé e umbanda como uma instituição que também lidam com a saúde e mantem traços culturais distintos desde a gênese da Rocinha. Estaria aí, o primeiro povo tradicional da Rocinha, com sua visão cosmológica do mundo e da saúde, a ser convidada a participar de uma iniciativa popular em prol da cultura, da história e de uma Cartografia Social da Rocinha.

O elemento agregador, neste caso, está no Reconhecimento e na Mobilização que vincula a essência da Cartografia Social como técnica de pesquisa junto aos agentes sociais em territórios urbanos específicos. A falta de uma metodologia “universal” permite aos autcartografados e pesquisadores a produzirem “adaptações” à realidade situacional do povo em contato, o que torna cada Oficina de Mapa única em sua essência cartográfica (que alia o uso de territórios específicos para fins de consolidação e reconhecimento identitária, étnica, cultural e laboral), investigativa (onde se forma pesquisadores sociais, interessado nas diversas abordagens das ciências sociais como a antropologia e a sociologia, além da geografia, da biologia, do direito etc.) e mobilizadora (por ser uma produção coletiva com a participação de 10, 20 ou mais pessoas em torno de uma abordagem comum e que afeta o modo de vida do grupo social autcartografado).

A singularidade expressa nos mapas é fruto de uma relação social intensa aliada ao lugar. Nele a memória se faz constituir a relação de pertencimento. Dessa forma evidenciam realidades identificáveis a todos os leitores que ali vivem, trabalham transitam e se identificam com as situações que levaram a autcartografia, das quais não estão expressos nos ditos “mapas oficiais”.

Se por um lado, o “banho de anta”, expresso no mapa dos indígenas Tikuna e Kokama da cidade de Benjamin Constant no Amazonas, é algo singular a estes povos, Indígenas de outras etnias, ao lerem o mapa, encontrarão elementos que lhes permitam ter uma relação étnica e territorial semelhante aos parentes Tikuna e Kokama. A mesma situação dos agroextrativistas de Amaturá com os castanhais podem ser relacionados aos agroextrativistas de coco babaçu do Maranhão, do açaí no Pará, etc., E, por outro lado, nas cidades diversos movimentos de iniciativa popular como a implantação de um Museu, a mobilização para o cuidado das nascentes e riachos além da promoção sócio cultural da saúde empenhados na Rocinha, por povos de terreiros e agentes públicos da saúde, sejam facilmente auto identificados nas lutas pela memória e identidade dos índios nas cidades de Manaus e em Belém ou pelo direito de uso de territórios específicos dos homossexuais, também em Manaus, dentre tantas outras situações.

Nestas três situações apontadas, a produção do croqui é o momento em que ideias são vinculadas, memórias são reavivadas e saberes tradicionais são acionados para (re) pensar o uso dos Rios, Matas, Bairros, Comunidades, etc., a produção da cartografia é coletiva e expressa a relação de homens, mulheres jovens e crianças com sua identidade, sua função ou condição social naquele lugar e, sobretudo um convite a prática de mobilização e

reivindicações seja contra o Estado ou atores hegemônicos impactantes/desestabilizadores no seu modo de vida.

Uma vez estabelecida à relação de pesquisa entre povos e comunidades tradicionais, ou agentes sociais urbanos, surge à necessidade de superar marcos conceitual já consolidado pela práxis investigativa. Novas fronteiras são evidenciadas pelas relações sociais em conflitos emergentes, onde cenários e atores, posicionados em lados opostos, reivindicam para si o direito de uso de territórios.

Reflito que a pesquisa, fruto das relações sociais, seja em contexto das Comunidades Tradicionais ou dos Povos Tradicionais de Terreiro, Agroextrativista, Indígena entre outras categorias sociais, que ocupam desde uma comunidade no interior das florestas até nos grandes aglomerados urbanos, propiciam, para as ciências humanas, ciências sociais ou até mesmo as exatas que tem na Cartografia Social como técnica de pesquisa, novos olhares graças às especificidades de lutas de cada grupo. Dessa forma os indígenas de Benjamim Constant se aproximam dos Agroextrativistas da Castanha do Brasil de Amaturá que por sua vez, se aproximam dos agentes sociais e povos tradicionais de terreiro do Bairro da Rocinha, na cidade do Rio de Janeiro, por possuírem formas de mobilização que constroem memórias como elementos de autoafirmação social e identitária nas terras que tradicionalmente ocupam.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. e FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida.(Orgs.) Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.